

especial  
**Cidadania**

## Senado prepara Código Eleitoral mais moderno

Comissão criada pelo presidente Sarney para elaborar anteprojeto de reforma da legislação começa na próxima segunda-feira série de nove audiências públicas em todo país para colher subsídios

**S**implificar e aperfeiçoar a legislação eleitoral brasileira, “para que haja racionalidade do sistema por meio de um ou dois instrumentos normativos”, é o objetivo central da comissão de juristas,

segundo seu presidente, o ministro José Antonio Toffoli, do STF. As eleições deste ano estão disciplinadas por nada menos que 21 normas, entre resoluções e instruções do TSE, de acordo com o *site* do tribunal. **4**



Cristino Golly/Senado Federal

Ministro do STF Dias Toffoli, que preside a comissão de juristas: objetivo é simplificar e aperfeiçoar a legislação eleitoral “para que haja racionalidade”

VOCÊ **DECIDE** QUEM FAZ AS LEIS DO BRASIL.

QUANDO VOCÊ VOTA PARA ELEGER DEPUTADOS E SENADORES ESCOLHE QUEM FAZ AS REGRAS DO JOGO. SEU VOTO FAZ O CONGRESSO NACIONAL.

visite: [www.senado.gov.br/seuvotofazcongresso](http://www.senado.gov.br/seuvotofazcongresso)

SENADO FEDERAL

*No dia da eleição, lembre-se de levar seu título de eleitor e documento oficial com foto.*

**Pais também podem ganhar estabilidade no emprego **3****

**Especialista elogia Casa por bom uso do Twitter **2****

**Lula veta projeto sobre presunção de paternidade**

Sob a justificativa de que o assunto já está tratado em lei, o presidente Lula vetou projeto, aprovado pelo Senado no mês passado, que reforçava a presunção de paternidade nos casos em que o suposto pai se recusa a fazer o teste de DNA. **3**

**Fraude em pesquisas preocupa senador**

Para Mozarildo Cavalcanti, denúncia de manipulação de resultados de pesquisa eleitoral no Amapá – feita pelo senador Papaléo Paes – exige explicações por parte de Carlos Augusto Montenegro, do Ibope. **3**

Estevão Rizzo afirma que a Casa assume um papel inovador ao se aproximar do cidadão por meio da nova rede social



Estevão Rizzo (2º à esq.) integrou grupo de blogueiros recebido por José Sarney

## Especialista elogia ação do Senado ao usar Twitter para falar com sociedade

NÃO EXISTE RECEITA para o uso do Twitter, mas quanto mais se sabe sobre suas ferramentas, menos se erra. Essa foi a recomendação do especialista em marketing digital Estevão Rizzo no workshop sobre Twitter realizado na sexta-feira, no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Rizzo falou em termos práticos sobre o funcionamento do *microblog* e apresentou, aos funcionários do Senado Federal, dicas que tornam mais eficiente a comunicação por meio dessa rede social.

De acordo com o especialista, em razão da falta de pesquisas sobre a ferramenta, ainda não existem certezas quanto à melhor estratégia a ser adotada pelas instituições no ambiente virtual.

– As estratégias variam de uma instituição para outra – observou.

Rizzo elogiou a iniciativa do Senado de adotar o uso do Twitter para falar com a sociedade.

– É válido se aproximar do cidadão por meio da ferramenta. O Senado tem assumido um papel inovador nessa área.

Surgido em março de 2006, o Twitter permite a publicação de frases de até 140 caracteres. As atualizações são exibidas no perfil de um usuário em tempo real e também enviadas a outros usuários que o acompanham, conhecidos como seguidores.

A Agência Senado também está no Twitter ([http://twitter.com/agencia\\_senado](http://twitter.com/agencia_senado)). Por meio da página, é possível obter informações sobre as atividades do Senado Federal.

## Programa reduz burocracia e consumo de papel

O Senado implanta neste mês o Programa de Simplificação e Desburocratização Administrativa, da Secretaria de Recursos Humanos (SERH), com o objetivo de modernizar a instituição.

Uma das medidas previstas

no programa – e a primeira a ser implantada – é a possibilidade de os servidores da Casa solicitarem férias pela internet, simplificando um processo que atualmente consome tempo e consome papel.

De acordo com o diretor-

geral do Senado, Haroldo Tajra, o novo modelo trará economia para a instituição, além de tornar os processos menos burocráticos e mais transparentes e seguros.

O programa entra em operação no dia 13 de setembro.



Diretora de RH, Doris Peixoto, diretor-geral, Haroldo Tajra, e assessor Maurício Avilar são apresentados ao novo sistema

## Interesse corporativo lidera acesso ao site da Agência

A lista das reportagens da Agência Senado mais acessadas na internet mostra que matérias relacionadas a grupos organizados para a defesa de determinados interesses têm predominância sobre as demais. A contagem foi iniciada no dia 6 de outubro de 2009 e o ranking das mais lidas até 30 de agosto traz algumas surpresas (confira o levantamento completo em [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)).

As 14 matérias mais lidas nesses 11 meses abordam assuntos relativos aos grupos organizados. A campeã de acessos – “Aprovada PEC que prevê piso salarial para policiais civis e militares” – foi publicada em 2 de dezembro do ano passado e acessada 37.319 vezes.

A segunda matéria mais procurada, com 35.271 acessos, trata da tramitação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do projeto que estabelece as atividades privativas dos médicos. Reportagem que anuncia

uma enquete sobre a atividade médica ficou em terceiro lugar, com 29.941 acessos.

– Aqui prevalece o interesse das grandes corporações. Aqueles que não estão organizados têm mais dificuldade – afirma o senador Paulo Paim (PT-RS).

Para o consultor legislativo do Senado Gilberto Guerzoni, a maior procura de noticiário sobre temas corporativos não é inesperada.

– A relação entre a sociedade civil e o Parlamento se dá por meio de corporações – afirma.

Paulo Paim confirma a tese do consultor.

– Eu sempre digo que o Congresso funciona de acordo com a batida do tambor, com o ruído do caminhar das sandálias nas ruas. Se você se mobilizar e pressionar, aprova. Se não, não aprova – destaca.

Fátima Cleide (PT-RO) concorda que a pressão da sociedade é muitas vezes fundamental na aprovação de projetos.

– Tem sido assim com várias matérias difíceis de aprovação,

mas quando você lota as galerias da Câmara e do Senado, você consegue obter avanços.

Argumento semelhante tem Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR):

– As categorias que procuram fazer lobby têm mais ressonância no Congresso Nacional do que outras agremiações.

Para a diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião do Senado Federal (Sepop), Ana Lucia Romero Novelli, “é bastante compreensível que temas legislativos ligados aos grupos organizados sejam os que apresentam maior desempenho em número de leitores”.

Chama ainda a atenção, na relação das reportagens mais lidas da Agência Senado, o aparente desinteresse dos internautas por temas que, do ponto de vista jornalístico, parecem mais relevantes do que outros. A matéria que trata da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial – “Senado aprova Estatuto da Igualdade Racial, mas retira cotas para negros nas escolas” –, que teoricamente deveria despertar o interesse de grande parte da população, vem num longínquo 95º lugar, com exatos 2.700 acessos.

As 14 reportagens mais lidas tratavam de temas voltados para categorias específicas

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Sessão não deliberativa

14h A sessão de hoje, sem votação de matérias, será destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa diretora.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

## Vetado projeto que reforçava presunção de paternidade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou na íntegra projeto que reforçava lei voltada à comprovação de paternidade, na hipótese de haver recusa do suposto pai em se submeter ao exame de DNA. A proposta, da ex-deputada Iara Bernardi, foi aprovada pelo Plenário do Senado em agosto deste ano. O veto, segundo o Palácio do Planalto, aconteceu porque o tema já consta da legislação em vigor.

O relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), admitiu, na ocasião da aprovação da matéria na comissão, que o projeto não apresentava alteração substancial à lei que trata da investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento (Lei 8.560/92). No entanto, ele avaliou que o texto tornava a determinação mais clara.

Num histórico sobre o assunto, Antonio Carlos Júnior informou que a Lei 12.004/09 já havia modificado o texto da lei original sobre investigação de filiação para inserir o conceito de paternidade presumida quando o suposto pai se recusar a fazer o exame

de DNA.

No relatório, o senador aproveitou para apresentar ajustes para que tal recusa fosse considerada como presunção relativa de paternidade, medida que agora ficou prejudicada pelo veto presidencial.

### Parente

Outro projeto que trata do assunto está em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O PLS 415/09, da senadora Marisa Sereno (PSDB-MS), já foi aprovado na CCJ e diz que o filho poderá pedir exame de DNA em parentes consanguíneos para comprovar suspeita de paternidade quando o suposto pai biológico morrer ou desaparecer.

Como lembrou a relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), um elevado número de certidões de nascimento não registra o nome paterno, na maioria dos casos por falta de comprovação da paternidade em razão da morte ou do desaparecimento do suposto pai.

No relatório, Serys defende que, para corrigir essa falha, seja feito o exame de DNA em parente consanguíneo.

## Com base na Ficha Limpa, TSE considera Abadia inelegível

Depois de Jader Barbalho (PMDB-PA), foi a vez de Maria de Lourdes Abadia (PSDB) ter seu registro de candidatura cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ela disputava, pelo Distrito Federal, uma vaga no Senado. Por 5 votos a 2, o Plenário do TSE entendeu, com base na Lei da Ficha Limpa (PLC 135/10), que Abadia está inelegível para as eleições de 3 de outubro.

Os ministros acataram recurso apresentado pelo Ministério Público Eleitoral (MPE), que recorreu ao TSE pedindo a cassação do registro com base em artigo da Lei Complementar 64/90, alterada pela Lei da Ficha Limpa. O registro da candidatura havia sido deferido pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Distrito Federal.

Na decisão do TSE, prevaleceu o voto do relator, ministro Arnaldo Versiani, que considerou Maria de Lourdes Abadia inelegível por oito anos, a contar da condenação por compra de votos nas eleições de 2006, quando tentava a

reeleição para o governo do Distrito Federal.

Os votos divergentes foram dos ministros Marco Aurélio Mello e Marcelo Ribeiro. Ambos consideraram que a Lei da Ficha Limpa não pode alcançar casos passados, nem ser aplicada nas eleições deste ano.

Até a última sexta-feira, 56 candidatos ao Senado ainda aguardavam julgamento de recursos.

Como Jader Barbalho e Maria de Lourdes Abadia ainda podem recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), Pedro Simon (PMDB-RS) pediu urgência no julgamento de recursos que chegarem à corte.

Na última quinta-feira, o parlamentar disse esperar que as decisões do STF sobre recursos contra rejeições de candidaturas sejam tomadas antes das eleições de 3 de outubro, ou, no máximo, até a posse dos eleitos.

– Uma demora excessiva nos julgamentos pode criar situações críticas, principalmente nos casos de governadores eleitos que depois venham a ser cassados – argumentou.

Desde a confirmação da gravidez da esposa até seis meses após o nascimento do filho, demissão só poderá ocorrer por justa causa. Proposta de Augusto Botelho está na pauta da CAS

# Proposta assegura estabilidade provisória no emprego ao pai

A ESTABILIDADE PROVISÓRIA no emprego para os pais ou futuros pais, se eles forem os únicos responsáveis por prover a renda da família, está prevista em projeto do senador Augusto Botelho (sem partido-RR). A proposta integra a pauta de votações da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde deve receber decisão terminativa.

Pelo projeto (PLS 454/08), fica proibida a demissão desses trabalhadores, desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto. O texto original previa que apenas a “dispensa imotivada” dos futuros pais não fosse permitida, mas o relator, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), apresentou emenda mudando a redação para “ressalvados os casos de demissão por justa causa”.

De acordo com o texto a ser votado pela CAS, para ter direito à estabilidade, o empregado que espera um filho deverá estar há pelo menos um ano trabalhando na empresa. É dever dele comunicar ao empregador a gravidez e o nascimento do filho, bem como uma eventual interrupção da gestação. O benefício será anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e somente



Geraldo Mesquita, relator, mudou texto para só permitir demissão por justa causa



Augusto Botelho diz que objetivo do projeto é acabar com “discriminação”

será concedido em relação aos primeiros dois filhos.

Augusto Botelho lamenta que a proteção ao emprego do pai, durante a gravidez da mãe e logo após o parto – quando o homem passa a ser o único provedor de renda para subsistência da família –, ainda não esteja na legislação.

“Nosso propósito é acabar com essa discriminação, embora reconheçamos que a justiça é feita mediante tratamento desigual dos desiguais”, afirmou o senador.

Augusto Botelho argumenta que

os pais ou futuros pais empregados sofrem também as pressões e expectativas em relação ao nascimento e ao desenvolvimento dos filhos. E que, além dessa pressão, há uma expectativa de aumento de demandas da mãe por uma atenção redobrada e por aumento de gastos.

Augusto pondera que esse é um momento crucial para a felicidade da família e para a proteção do feto e da criança, por isso, o empregado não deve correr o risco de ser demitido “de forma imotivada e muitas vezes arbitrária”.

## Senadores discutem sistema nacional de desaparecidos

Está pronto para ser votado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) relatório do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) favorável ao projeto que cria o Sistema Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (Silcad). A modificação proposta por ele obriga as emissoras privadas de televisão a veicular propaganda sobre crianças e jovens desaparecidos e, em contrapartida, elas receberiam compensações fiscais.

Apresentada originalmente pela então senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), a proposta (PLS 211/04) prevê o cruzamento dos cadastros estaduais de desaparecidos com o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, instituído pela Lei 12.127/09. O projeto de Roseana regulamenta condições e dados do Silcad, bem como os critérios de acesso a essas informações.

Já com as emendas recebidas nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), o PLS 211/04 estimula parcerias com entidades privadas para favorecer a localização de crianças e adolescentes desaparecidos. Também prevê a formação de um banco de DNA dos encontrados, bem como de pretensos familiares e pais, para ajudar a investigar a identidade e a filiação.

Se virar lei, o sistema envolverá entidades de acolhimento, abrigo ou internação, além dos dados dos pacientes que entraram em hospitais sem identificação ou inconscientes.



Possível manipulação de resultados de pesquisa eleitoral preocupa Mozarildo Cavalcanti

## Mozarildo pede explicação sobre denúncia de fraude em pesquisa

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) classificou como “preocupante” a denúncia feita na quarta-feira por Papaléo Paes (PSDB-AP). Segundo este, um encarregado do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) teria oferecido a manipulação do resultado das pesquisas ao coordenador de campanha de um dos candidatos ao governo do Amapá. A fraude custaria R\$ 1 milhão e abrangeria todas as pesquisas até o segundo turno. A oferta foi gravada.

– O senador Papaléo Paes ligou para Carlos Augusto Montenegro, que é o dono do Ibope. Montenegro disse que era uma empresa terceirizada que eles contratavam em Belém para fazer a pesquisa no Amapá. Essas pesquisas agora começam a me deixar, digamos assim, completamente incrédulo. Ora, se isso acontece no Amapá, o que não estará acontecendo, por exemplo, em Roraima? – questionou.

Mozarildo observou que em Roraima o Ibope também apresentou pesquisas “um pouco preocupantes”.

Na campanha de 2006, as pesqui-

sas do Ibope sempre apresentavam sua adversária na frente. Somente às vésperas da eleição, ela apareceu com leve vantagem sobre Mozarildo, que acabou vencendo a eleição com margem de 13%.

Para o senador, pesquisas realizadas em Roraima este ano também devem ter sido manipuladas, pois o atual governador, que segundo Mozarildo sempre esteve atrás, no penúltimo levantamento apareceu na liderança, com empate numérico (41% a 41%). E na pesquisa mais recente, já estava 6 pontos à frente do adversário. O parlamentar pediu que Montenegro dê explicações sobre o caso, já que as pesquisas eleitorais têm influência muito grande sobre o eleitor indeciso.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse que no seu estado não é diferente. Para ele, o problema está na terceirização, porque não existe responsabilidade e as discrepâncias só aumentam. Augusto Botelho (sem partido-RR) ressaltou que, durante a campanha eleitoral, vários eleitores reclamaram que o seu nome não aparecia nos formulários dos pesquisadores do Ibope.

# Só no país Justiça Eleitoral tem tantas atribuições

Além de organizar as eleições, que se realizam a cada dois anos, instituição brasileira possui a peculiaridade de normatizar, fiscalizar e julgar

O BRASIL É um dos poucos países em que a organização das eleições é feita pela Justiça Eleitoral. Na maioria das nações, isso é feito pelo Executivo, como nos Estados Unidos, ou por órgão autônomo, como na Alemanha e na Espanha, onde representantes da sociedade e do governo participam. A Justiça Eleitoral brasileira possui a peculiaridade de não só organizar, mas também normatizar, fiscalizar e julgar. “É um exemplo único no mundo”, afirmou, em entrevista ao **Jornal do Senado**, o ministro do Supremo Tribunal Federal José Antonio Dias Toffoli, que preside a comissão de juristas encarregada de elaborar anteprojeto de reforma do Código Eleitoral.

Com tantas atribuições, a discussão sobre esse modelo, apesar de não ser tema proposto pela comissão, deve surgir no decorrer das nove audiências regionais que começam no dia 13 de setembro, por Belo Horizonte, conforme expectativa do ministro. Instalada em 7 de julho deste ano, pelo presidente do Senado, José Sarney, a comissão tem como objetivo central simplificar e aperfeiçoar a legislação eleitoral brasileira “para

que haja racionalidade do sistema, através de um ou dois instrumentos normativos”, explica Toffoli.

Ao longo dos anos, essa legislação se tornou um verdadeiro cipoal de leis, resoluções e instruções que muitas vezes confundem não só o eleitor, mas os candidatos e os partidos. Só para se ter ideia, as eleições deste ano estão disciplinadas por nada menos do que 21 normas, entre resoluções e instruções do Tribunal Superior Eleitoral, de acordo com informações do próprio site do TSE.

Para desfazer esse emaranhado legal e dar celeridade aos processos, uma das linhas de discussão é definir se o Código Eleitoral (Lei 4.737/65) será transformado em uma lei complementar, o que permitiria absorver a Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90) e suas alterações, como a conhecida Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10), ou se continua como lei ordinária. “O formato dessa reforma tem que ser debatido”, defende Toffoli, esclarecendo

que toda a legislação atual serve de subsídio para o anteprojeto, cujo texto final deve ser concluído na primeira quinzena de dezembro.

O trabalho da comissão foi dividido em quatro sub-relatorias (*ver quadro nesta página*). O ponto de partida foi a elaboração de um texto-base sucinto. A ideia, segundo o ministro, é estabelecer alguns pontos para provocar o debate e receber sugestões de vários segmentos da sociedade. O texto será apresentado nas audiências regionais, que já possuem calendário definido: além de BH, Recife (15/10), Florianópolis (25/10), São Paulo (5/11), Cuiabá (9/11), Salvador (12/11), Belém (26/11) e Brasília (30/11). A única sem definição de data é a do Rio de Janeiro.



Cerimônia da posse de Juan Manuel Santos Calderón como presidente da Colômbia, no dia 7 agosto de 2010

## Relatores setoriais

A comissão de reforma tem 180 dias para concluir os seus trabalhos

RELATOR	MATÉRIA
ex-ministro do TSE <b>Caputo Bastos</b>	Administração e organização das eleições
ministro do STJ <b>Hamilton Carvalho</b>	Direito Eleitoral Penal
ex-ministro do TSE <b>Fernando Neves</b>	Direito Processual
ex-ministro do TSE <b>Torquato Jardim</b>	Direito Eleitoral propriamente dito
ex-presidente da OAB <b>Cezar Britto</b>	Coordenação das audiências públicas

## Conheça a história das eleições no Brasil republicano

O primeiro Código Eleitoral brasileiro, de 1932, resultou do trabalho de uma comissão de reforma da legislação eleitoral, instituída como um dos primeiros atos do governo provisório da época. Foi esse código que criou a Justiça Eleitoral, que além de regular as eleições federais, estaduais e municipais, passou a ser responsável por todos os trabalhos eleitorais, como alistamento, organização das mesas de votação, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação dos eleitos.

Também foi ele que introduziu o voto secreto, o voto

feminino e o sistema de representação proporcional em dois turnos simultâneos. Em 1935, houve a promulgação do segundo código. E com a Constituição de 1937, o chamado Estado Novo extinguiu a Justiça Eleitoral, só reinstalada em 1945, na esteira da redemocratização.

Fatos importantes como esses estão relacionados em *link* sobre a história das eleições no Brasil, elaborado pelo TSE, que pode ser acessado pelo site da Comissão de Reforma do Código Eleitoral, alojado no portal do Senado.



## Site reúne leis e explica sistemas de outros países

Que tal conhecer a legislação eleitoral de outros países? Ou poder consultar as datas das eleições em cada um deles, os resultados e o sistema de escolha dos seus representantes? Ou ter acesso a uma rede virtual de 14 bibliotecas e aos últimos títulos lançados no Brasil sobre direito eleitoral? Essas são apenas algumas das informações que podem ser encontradas por qualquer usuário na página especial organizada para apoiar e divulgar os trabalhos da Comissão de Reforma do Código Eleitoral.

Se houver interesse em ter, por exemplo, informações sobre as eleições na Colômbia, a mais recente da América do Sul, ocorridas em 20 de junho último, quando foram às urnas quase 30 milhões de colombianos, o internauta pode acessar no *menu*, na lateral direita da página, os *links* relacionados. Lá irá encontrar o site Election Guide, da International Foundation for Electoral Systems, com informações sobre eleições em todos os países.

Basta selecionar o bloco das Américas para localizar o acesso às informações sobre a Colômbia. O presidente eleito, Juan Manuel Santos Calderón, do Partido Social de Unidade Nacional, que visitou o Brasil na semana passada, concorreu com Aurelijus Antanas Mockus Sivickas, do Partido Verde. No caso do país vizinho, há *link*, inclusive, para acessar os sites dos dois partidos.

Com alentado conteúdo, resultado do trabalho de pesquisa realizado pela Biblioteca do Senado, a página especial reúne em um só lugar a legislação eleitoral de diversos países que disponibilizam suas leis em sites de domínio público. Nesse tema, houve cuidados que facilitam a vida dos interessados. “Localizamos um site que apresenta em inglês a legislação eleitoral alemã”, exemplifica Helena Celeste Vieira, diretora da Subsecretaria de Pesquisa da Biblioteca do Senado.

No *menu* à direita, sob o título de Bibliografia de Direito Eleitoral, o usuário pode

pesquisar por autor, título, descritores de assuntos e outros dados bibliográficos os diversos temas relacionados à área, que pertencem às coleções de 14 bibliotecas, como as do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Ministério da Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e as duas do Congresso. Também serão colocados mensalmente, como avisa Helena, os últimos títulos lançados no mercado sobre direito eleitoral.

A Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) é gerenciada pela Biblioteca do Senado. Por ela, o cidadão pode pesquisar e obter livros, artigos de revistas e de jornais. Se quiser, pode solicitar por meio do e-mail [sbib@senado.gov.br](mailto:sbib@senado.gov.br) cópia de um ou mais capítulos de algum livro ou artigo. Helena esclarece que nunca poderá ser do livro inteiro. As cópias podem ser enviadas por meio eletrônico ou pelo correio. Por essa razão, é importante não esquecer de informar no pedido o endereço postal.

### Saiba mais

**Comissão de Reforma do Código Eleitoral**  
[www.senado.gov.br/senado/novoce/default.asp](http://www.senado.gov.br/senado/novoce/default.asp)  
**Guia das eleições internacionais**  
<http://www.electionguide.org/>

**História das Eleições no Brasil**  
[www.tse.gov.br/institucional/biblioteca/site\\_novo/historia\\_das\\_eleicoes/index.html](http://www.tse.gov.br/institucional/biblioteca/site_novo/historia_das_eleicoes/index.html)  
**Bibliografia de Direito Eleitoral**  
[www.senado.gov.br/senado/novoce/biografia.asp](http://www.senado.gov.br/senado/novoce/biografia.asp)